

PROCESSO - A. I. Nº 206889.0009/08-2
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - VOTORANTIM CIMENTOS LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0059-01/09
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 16/09/2009

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0266-12/09

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO. BEM DESTINADO AO ATIVO PERMANENTE. É devido o imposto relativo à diferença de alíquotas sobre as entradas efetuadas em decorrência de operações interestaduais, quando os bens são destinados ao uso e consumo ou ao ativo imobilizado do estabelecimento. Comprovado nos autos que algumas das notas fiscais indicadas no demonstrativo de apuração do débito foram destinadas a estabelecimento distinto do autuado. Refeitos os cálculos o montante do débito ficou reduzido. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício interposto pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal que através do Acórdão nº 0059-01/09 decidiu pela Procedência Parcial do Auto de Infração em referência.

O lançamento de ofício imputou ao recorrido falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, em aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação, destinadas ao ativo imobilizado do próprio estabelecimento, nos meses março, abril, junho e agosto de 2007, exigindo imposto no valor de R\$178.460,48, acrescido da multa de 60%, conforme demonstrativo à fl. 10 dos autos.

A Junta de Julgamento Fiscal, em relação à matéria remetida em sede de Recurso de Ofício, decidiu a lide com fundamento no voto abaixo reproduzido, reduzindo o débito originalmente apurado no valor de R\$178.460,48, para R\$2.297,30:

“(…)

O sujeito passivo, na peça de defesa, argumentou que as notas fiscais de nºs. 7281, 8056, 6324 e 6490, deveriam ser excluídas do lançamento tendo em vista o destinatário nelas contido é a Votorantim Cimentos N/NE S.A., empresa distinta do autuado. Quanto às demais notas fiscais elencadas no Auto de Infração, refutou a base de cálculo utilizada pelo autuante para apurar a diferença de alíquota exigida, aduzindo que, por se tratar de operação CIF deveria ser excluído o frete da base de cálculo.

Analizando as peças processuais verifico que o autuante, de forma acertada, concordou em parte com as arguições do impugnante. Excluiu do levantamento de apuração do débito, as notas fiscais nºs. 7281, 8056, 6324 e 6490, por se tratarem, efetivamente, de destinatário distinto do autuado. Manteve a exigência atinente às duas notas fiscais restantes, na forma originalmente lançada, sob o fundamento de que a base de cálculo aplicada fora a expressa no art. 61 do RICMS-BA/97.

“(…)”

Do resultado da Decisão acima, a 1ª Junta de Julgamento Fiscal, em consonância com o previsto pelo Art. 169, inciso I, alínea “a” item 1, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal do Estado da Bahia – RPAF/BA, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, recorreu de ofício à uma das Câmaras de Julgamento do CONSEF.

VOTO

Da análise das peças que instruem os presentes autos, em especial as Notas Fiscais nºs 6324 e 6490 do mês de abril/07, 7281 de junho/07 e 8056 de agosto/07, docs.fls. 21, 22, 24 e 26, respectivamente, concluo que a Decisão recorrida não merece reforma.

De fato, tais operações foram todas destinadas a outro estabelecimento distinto do autuado, não sendo possível atribuir a este pagamento de tributo cuja responsabilidade, se acaso devido, não lhe compete. Aliás, o próprio autuante reconheceu o equívoco no lançamento estando correta as exclusões levadas a efeito pelo julgador *a quo*.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 206889.0009/08-2 lavrado contra **VOTORANTIM CIMENTOS LTDA**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.297,30**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2009.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – RELATOR

ÂNGELI MARIA GUIMARÃES FEITOSA - REPR. DA PGE/PROFIS